

Tese vencedora da 3.ª edição  
do Prémio Fernão Mendes Pinto

### **Caravelas de Papel**

*A Política Editorial do Acordo Cultural de 1941  
e o Pan-lusitanismo (1941-1949)*

Gisella de Amorim Serrano

Publicado em Lisboa por



1.ª Edição / 2014

ISBN: 978-989-8751-00-3

Depósito Legal: 383969/14

Tiragem: 100 exemplares

Projecto gráfico:  
Heragráfica – Artes Gráficas, Lda.

Impressão e Acabamento:  
AGIR – Produções Gráficas

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

*Sem autorização expressa do editor, não é permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que tal reprodução não decorra das finalidades específicas da divulgação e da crítica.*

Instituído em 2008, pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) em parceria com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua IP, o Prémio Fernão Mendes Pinto destina-se a galardoar uma dissertação de mestrado ou doutoramento, que contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa, explicitando relações entre comunidades de pelo menos, dois países.

## CAPÍTULO IV

<b>A Coleção Atlântico: Obras Avulsas Impressas pelo Acordo Cultural de 1941</b> .....	229
4.1. <i>Pequena Antologia da moderna poesia brasileira</i> de José Osório de Oliveira .....	235
4.2. Manoel Lubambo e <i>O Humanismo financeiro de Salazar</i> .....	244
4.3. <i>História breve da música no Brasil</i> de Gastão de Bettencourt.....	250
4.4. <i>A terra de Vera Cruz na era de Quinhentos</i> de Eduardo Dias .....	255
4.5. <i>Uma cidade antiga do Brasil: Ouro Preto</i> .....	261
<b>Conclusão</b> .....	271
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b> .....	277
<b>Referências Documentais e Bibliográficas</b> .....	279
<b>Bibliografia</b> .....	281

## PREFÁCIO

Em 2003, em um texto intitulado «*Saindo das brumas: o mundo que o português criou ruínas*» publicado na coletânea *Relações Incertas: Brasil e Portugal no século XX* (São Paulo: Ed. SENAC, 2003), o historiador Carlos Guilherme Mota indagava «*que idéia de estudos luso-brasileiros ou luso-afro-brasileiros podemos sugerir para o novo milênio? Lá e cá, quais as respostas a tantos desafios que vêm sendo colocados pela universidade e pelas inteligências locais?*»

O livro *Caravelas de papel: a política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*, escrito por Gisella de Amorim Serrano constitui um passo importante para responder aos questionamentos levantados por Carlos Guilherme, à medida que joga luz sobre certos aspectos das relações luso-brasileiras, que permaneciam obscurecidos. A obra examina aspectos do Acordo Cultural firmado entre dois «países irmãos», a 4 de setembro de 1941, no Palácio do Catete, sob o olhar vigilante de Getúlio Vargas. Fruto de sólida pesquisa documental, realizada em acervos brasileiros e portugueses, a versão original do trabalho foi apresentada como tese de doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais, orientada pela professora Eliana Dutra, em 2009.

Assinado pelos titulares dos órgãos de propaganda de Portugal e do Brasil, respectivamente, António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, do ponto de vista luso, o Acordo

[Cultural firmado a 4 de setembro de 1941] foi um dos desdobramentos da denominada «Política do Atlântico», intentada pelo regime de António de Oliveira Salazar. Em linhas gerais, objetivava fomentar a colaboração mais efetiva entre os dois países, sobretudo no âmbito da difusão cultural, por meio de ações estratégicas empreendidas pelos seus organismos oficiais de propaganda.

A consecução desse plano demandou diversas iniciativas, envolvendo intelectuais, artistas e homens de letras, bem como o desenvolvimento de um programa editorial voltado para a publicação de periódicos, a exemplo da revista Atlântico, de coleções de livros, além de uma série intitulada *Documentos dos arquivos portugueses que importam ao Brasil*.

Gisella de Amorim Serrano debruça-se sobre essas fontes e demonstra que o investimento editorial extrapolou o propósito de reabilitar os laços históricos entre a velha metrópole e sua ex-colônia. Ela demonstra que o programa de publicações inseria-se em um projeto mais amplo, articulado entre o Estado Novo português e o seu homônimo brasileiro, sustentado por perspectivas nacionalizantes e autoritárias, ainda que atendessem a finalidades específicas desses governos. Não é demais lembrar que Portugal era uma peça importante no *Programa moderno e prático de propaganda cultural do Brasil no estrangeiro*, formulado pelo então ministro Gustavo Capanema, cujo objetivo era tirar o Brasil do isolamento cultural.

De fato entre 1941 e 1949, cumprindo a mesma rota percorrida pelas naus de Pedro Álvares Cabral, um conjunto expressivo de impressos, metaforicamente designados por Gisella de «Caravelas de Papel», singrou o Mar-Oceano. Se por um lado, esses materiais ajudaram a reforçar as relações entre os dois países, por outro, revelaram-se importantes instrumentos de divulgação do ideário panlusitanista no Brasil. Até porque, como bem argumenta a autora, a idéia de identidade nacional forjada pela cultura política nacionalista, antiliberal e autoritária do governo Vargas, coadunou com a cultura política nacionalista lusitana do regime de Salazar.

Mais do que uma contribuição ao estudo das relações luso-brasileiras, a obra de Gisella de Amorim Serrano reata os fios de uma política de aproximação cultural, que em última análise redundaria, mais tarde, na formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 17 de julho de 1996.

**Lucia Maria Paschoal Guimarães**

*Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

*Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

## CONCLUSÃO

De acordo com a colunista brasileira Mônica Bergamo a TV RáTim Bum irá lançar em breve um desenho animado sobre um time de futebol composto por africanos, brasileiros e portugueses intitulado «Portuguesitos»<sup>762</sup>. Não obstante considerar a todos como «portugueses» numa clara alusão à idéia de uma vinculação histórica, outras iniciativas, na atualidade, tentam reforçar os elos culturais, seja pela adoção de um vocabulário padrão, como é o caso do Acordo Ortográfico ou pela configuração da Comunidade de países da Língua Portuguesa.

Já se encontra em pleno funcionamento o projeto de criação da UNILAB – Universidade luso-afro-brasileira que terá como sede uma cidade do Brasil e como público estudantes lusófonos. Ao lado dessas iniciativas de cunho educacional inscreve-se a constituição do Grupo Coimbra das Universidades brasileiras (GCUB) além de que também devemos considerar ainda ações governamentais como a formação da Comunidade dos países de Língua portuguesa, a Assinatura do Acordo ortográfico da Língua portuguesa. Essas iniciativas inscrevem-se na esteira de um estreitamento cultural e político que é, ao fim e ao cabo, herdeiro da expressividade das relações luso-brasi-

---

<sup>762</sup> Notícia disponível em <http://64.233.163.132/search?q=cache:FR6KQcXF7VkJ:observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp%3Fcod%3D560ASP014+portuguesitos+observat%3CB3rio+da+imprensa&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 21/10/2009.

leiras nos anos 1930 e 1950, sobretudo sublinhado pelo esforço intelectual instituído com a assinatura do Acordo cultural de 1941.

Curiosamente, todas essas iniciativas quando analisadas num plano político e cultural procuram cada uma à sua maneira contemporaneizar um projeto antigo de estreitamento de laços propagandado desde o final do século XIX e formalizado no século XX, exemplarmente como o Acordo Cultural de 1941. Nesse sentido é preciso sublinhar o impacto de uma ação cultural cujas diferenças são suavizadas pelo lastro histórico comum, pelo vocabulário que aproxima. O fluxo de iniciativas voltadas ao estabelecimento de vínculos relativos à uma comunidade lusófonas, como se viu, iniciou-se no interior da campanha pan-lusitanista de Salazar e António Ferro. A seção de Intercâmbio luso-brasileiro funcionou, como aponta o Arquivo do SNI até o final dos anos 1950, entretanto as iniciativas voltadas à aproximação cultural parecer ter uma longevidade bem maior como sugerem os exemplos acima citados. Nesse caso, demonstramos a atualidade do Acordo Cultural de 1941 como uma iniciativa relativamente pioneira no estabelecimento e desenvolvimento de uma ligação entre Brasil e Portugal senão na formação idealizada de uma suposta comunidade lusíada.

Situamos o aprimoramento das relações luso-brasileiras, por parte do Brasil, no entrecruzamento entre uma estratégia encampada pelo Dip nos anos 1940 que se vinculava à uma estratégia política do SPN, sob o governo de Salazar. A ligação entre as duas estratégias de propaganda eram afins, porque tanto interessava ao Brasil quanto a Portugal a veiculação de uma imagem do Brasil harmoniosa e vitoriosa.

É nesse entrecruzamento entre a campanha de divulgação do Brasil no exterior, o projeto nacionalista brasileiro e o pan-lusitanismo que situamos a assinatura do Acordo Cultural luso-brasileiro, ou seja, no interior de uma «política de expansão cultural» entendendo-a a partir da definição de Roberta Ferreira (2006) para quem significaria a ação sistemática de divulgação da cultura brasileira no exterior<sup>763</sup>

<sup>763</sup> FERREIRA, R.P.L. *OP. Cit.*, 2006, p. 24.

e em sintonia com uma estratégia de afirmação lusitana caracterizada pelo pan-lusitanismo português.

O Acordo Cultural assinado entre o Dip e o SPN/SNI foi uma espécie de agente catalisador das relações políticas, mas, sobretudo, das relações intelectuais e editoriais luso-brasileiras a partir de 1941 marcadamente configurado por ser uma iniciativa intelectual isto é de parte de uma intelectualidade. É preciso considerar que tanto a campanha quanto a aproximação cultural em si são provenientes de um projeto intelectual que se inicia ao final do século XIX e início do século XX. É nesse período que alguns intelectuais procuram conhecer melhor e reciprocamente a cultura brasileira e portuguesa e tentam propagandear um discurso voltado ao luso-brasileirismo re-significados durante os anos 1930 e 1940.

A Política do Atlântico da qual o Acordo é um dos desdobramentos mais importantes, formalizou a campanha luso brasileira, sobretudo por meio da divulgação impressa. Essa política objetivava, por meio do Acordo de 1941, estabelecer e solidificar uma base de apoio no Brasil para o projeto ideológico do pan-lusitanismo. Nesse projeto ideológico o Brasil era peça chave porque sua história ligava-se fundamentalmente ao «passado glorioso» português, quando da Expansão Marítima portuguesa na Era de Quinhentos.

O que esta tese demonstra é que alguns livros, algumas revistas, e outros tipos de material impresso publicados por razão do Acordo cultural de 1941 constituíram uma das principais armas de propaganda ideológica da «Política do Atlântico». Por meio das publicações assegurou-se um maior intercâmbio literário, político-científico e ideológico acerca duma ligação entre Portugal e Brasil, criando uma rede solidária e singular de escritores, intelectuais e políticos em torno dessa da temática do luso-brasileirismo. Essa era a tônica dos discursos que animaram as publicações provenientes do Acordo de 1941. Aqui é preciso ressaltar que esses impressos foram fonte de divulgação crucial desse projeto e constituíram um canal expressivo acerca dos projetos políticos voltados a uma suposta cultura transatlântica.

Esses instrumentos de divulgação foram canais específicos de um repertório histórico voltado à construção de uma «nova história»: a luso-brasileira. Uma História construída no ensejo da aproximação política entre os dois governos e objetivada a refazer velhos laços já desgastados pelo tempo e pelos homens no tempo. Essa História, entretanto, embora fosse oficial ligava-se a uma política de memória com sabor instrutivo e cívico-pedagógico. Ela tentava manter firme a identidade nacional brasileira como se essa fosse também, em certa medida, lusitana. Como acentuou Ângela de Castro Gomes a importância da História vincula-se também à instrumentalização da própria disciplina, isto é, o discurso histórico uma vez utilizado para legitimar um discurso político demonstra a força e a persuasão educativa da disciplina<sup>764</sup>. Embora os discursos elaborados no interior do Acordo Cultural e divulgados em suas publicações nem sempre tivessem sido elaborados por historiadores propriamente ditos, se é que nesses anos, já se permitiam distinções mais sistemáticas dessa profissão, o certo é que os dois governos do Estado Novo foram habilidosos e estrategistas em perceber que à História vinculava-se um saber que é formador, que é fundamental à construção da própria identidade nacional.

Nos vários capítulos desta tese tentamos compreender as nuances e afirmações desses discursos. Cada livro ou Revista apresentava uma faceta de um programa político editorial que vinculou a cultura brasileira à portuguesa e vice-versa.

Ora se a idéia de luso-brasilidade difundida nos impressos do Acordo postularam um repertório voltado a uma cultura política comum, foi preciso compreender de que maneira o nacionalismo brasileiro se afirmaria por meio dessa proposta política. Afinal, o pan-lusitanismo estaria associado ao conceito de patriotismo atlântico cujo sentido atribui uma função de devoção do Brasil à pátria portuguesa, tida como suposta pátria de origem. É esse conceito que revela, em parte, as razões de adesão do Brasil à causa lusitana. Colocar-se como fruto de uma «Expansão gloriosa», em ligação com uma herança européia, aproximar-se de um governo de feições tão semelhantes

(no autoritarismo, no corporativismo, etc), na resistência de uma língua secular, tudo isso demonstrava, ao governo Vargas uma certa positividade que se queria afirmar.

O que podemos apreender é que a nacionalidade brasileira associou-se ao projeto de afirmação luso-brasileira e isso transpareceu nos impressos.

Embora a especificidade da cultura política autoritária e nacionalista do governo ditatorial de Vargas estivesse mais evidentemente associada ao pan-lusitanismo português, é notável uma continuidade do esforço português, por meio da «Política do Atlântico» (que regulamenta as bases do Acordo cultural de 1941) até 1949, quando cessa a «Política do espírito» orientada por António Ferro no SPN.

Esta tese procurou esclarecer, como se viu, aspectos fundamentais acerca da convivência política entre os dois países entre 1941-1949. As obras do Acordo, o mundo dos livros e a Seção Brasileira do SPN ao serem analisadas por esta pesquisa, trouxeram à tona uma série de indicativos da proximidade firmada entre os dois países nesses anos, no interior de uma política marcadamente autoritária.

Há, ainda muitos pontos de contato entre Brasil e Portugal, sobretudo no plano político literário que não foram ainda bem analisadas, afinal faz muito pouco tempo que os arquivos do SNI foram disponibilizados para a consulta pública nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo em Lisboa. No mesmo sentido as relações intelectuais também ainda parecem carecer de estudos mais elucidativos acerca dos aspectos das relações luso-brasileiras, assim como devem tornar-se objetos de maiores investigações as publicações produzidas com o aval ou financiamento do Acordo, como é o caso, por exemplo, da revista *Brasília*, um volumoso periódico que extrapolou na sua compreensão os limites deste trabalho. Além dessa revista, o periódico «Terra de Vera Cruz: boletim do grupo de estudos brasileiros do Porto» também merece uma análise posterior.

Por fim, é preciso dizer que uma análise preliminar e superficial do acervo do SNI já citado indica que em outros períodos posteriores ao Estado Novo no Brasil, principalmente nas décadas de 1950

<sup>764</sup> GOMES, A. C., *Op. Cit.*, 2009, p. 74-75.

a proximidade permanece. Esse aspecto não parece ter sido ventilado ainda pela historiografia dos países por meio de um estudo mais sistematizado.

### **Lista de Abreviaturas e Siglas**

- ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- CEIS – Centro de Estudos Interdisciplinares
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- GV – Arquivo Getúlio Vargas
- GC – Arquivo Gustavo Capanema
- SNI – Secretariado Nacional de Informação
- SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SPN – Secretariado de Propaganda Nacional